

magari una certa tolleranza nella deviazione dalla norma) le diverse varianti dell'italiano, problematizzando ogni aspetto e ogni obiettivo linguistico alla luce delle acquisizioni più recenti, come ad esempio la sociolinguistica, gli studi sul parlato, la pragmatica o le categorie di italiano dell'uso medio o di italiano neo-standard.

Fabio Ripamonti
Università della Boemia meridionale
České Budějovice

Joaquim José de Sousa Coelho Ramos (2012), *Introdução ao Português Jurídico*. Universidade Carolina, Praga.

O livro “Introdução ao Português Jurídico“, editado em 2012 e recentemente publicado pela Universidade Carolina em Praga, tem autoria de Joaquim José de Sousa Coelho Ramos, leitor de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas na mesma universidade. A dupla especialização profissional do autor – licenciado e mestre em Direito e mestre em Língua Portuguesa (PLE/PL2), projeta-se na obra como uma profunda reflexão sobre a problemática relativa às especificidades da linguagem jurídica.

Sincronizando as duas áreas, o mundo linguístico e o jurídico, o autor conseguiu criar um trabalho tipológico baseando-se na metodologia de tipologia textual que, no contexto da linguística funcional praguense, condiz com a teoria da divisão funcional da língua. O autor, ao longo de 138 páginas, apesar de designar a obra como introdutória como se vê no título, conseguiu vincular na sua análise estas duas áreas de uma maneira bastante complexa e plástica, uma vez que inclui no seu estudo tipológico uma série de aspetos tanto linguísticos como jurídicos. Destaquemos, entre outros, o fator linguístico-estrutural /ortográfico, morfológico, sintático e lexical/, o fator semântico-pragmático e estilístico, bem como o fator tipológico. A obra é maioritariamente sincrónica, uma vez que nos documenta o estado atual da linguagem jurídica em questão, mas marginalmente foi também incluído, em vários capítulos do livro, o fator histórico.

O livro foi dividido em oito partes. Na “Introdução“ (pp. 10 – 12), o autor descreve a maneira a forma como os cidadãos se integram no mundo do Direito, do qual se aproximam, em grande medida, através dos meios de comunicação social. O autor sublinha o impacto que estes têm tido na tomada de posição sobre vários fenómenos ligados ao Direito, o que pode, por um lado promover a consciência e o interesse pelas realidades que lhe são próximas e que afetam a cada um de nós, mas que, por outro lado, não garante uma cultura de rigor e um conhecimento de base sobre as questões e realidades a ele associadas. Relativamente a este facto, o autor acrescenta que, com a sua obra, pretende ajudar sobretudo os profissionais da língua portuguesa que trabalham como tradutores de textos jurídicos a elevar a sua competência linguístico-jurídica, já que muito frequentemente a falta de um bom dicionário especializado em Direito conduz a

que surjam traduções oficiais incorretas porque o tradutor se vê limitado por experiências e conhecimentos linguísticos que tenha ganho e, apesar de estes serem ricamente alimentados ao longo dos anos, sempre se encontrará submetido a corruptelas e enganos feitos sem propósito, mas que podem impedir uma interpretação clara e correta; sem levar em consideração o aspeto translinguístico e o contexto jurídico, o texto traduzido poderá conter falsos amigos terminológicos. Sem conhecer, por exemplo, o direito criminal em Portugal, como verterá o tradutor a palavra „poškozený“? No dicionário poderá encontrar os equivalentes „prejudicado“ ou „danado“, mas não “ofendido”, a palavra certa que designa quem foi objeto do crime, ou seja quem foi atacado, roubado. Por outro lado, como decidirá se usar a palavra “denunciante” ou “declarante” quando se quiser referir à pessoa que dá notícia de um crime (denuncia ou declara?). Ou coloquemos um outro exemplo: a palavra “saúde”, não é utilizada no sentido de poder ser convocada no contexto de um crime. Quando uma pessoa é atacada com murros, pontapés ou uma faca, fala-se em “ofensa à integridade física” a qual pode ser leve ou grave. Se o tradutor traduzisse espontaneamente, de checo para o português, estas e outras realidades extralinguístico-jurídicas, construindo o texto de acordo com a terminologia que encontra nos dicionários não especializados, correria o grande risco de gerar confusões em processos de julgamento, depoimentos, audiências, etc. Reflexões semelhantes que preenchem este livro são de extrema importância, uma vez que podem servir ao leitor como „manual de uso e de manuseamento“ das técnicas jurídico-filológicas.

Antes de iniciar a análise linguística da linguagem jurídica, o autor, no capítulo I intitulado „O brocardo, o Direito e a História“, descreve o processo de cristalização da linguagem jurídica que, com o passar do tempo, seria reduzida ao entendimento de uma elite, tornando-se bastante opaca à generalidade dos membros da sociedade moderna. Adverte que a primitiva linguagem jurídica não era técnica mas sim a linguagem comum que podia ser entendida por todos, nomeadamente pelos não-juristas. Esta fase conviria aos tradutores-filólogos de hoje, mas a realidade é, de facto, que um tradutor-filólogo no processo de tradução, como adverte o autor, navega entre os escolhos da conotação, da hierarquia, da polissemia, sinonímia e antonímia, do valor intelectual e emotivo do significante.

Estas questões semânticas e pragmático-estilísticas são trabalhadas ao nível da lexicologia, morfologia e sintaxe no segundo capítulo, intitulado „A palavra e a frase nos enunciados jurídicos“ (pp. 19-58) e assumem-se como o tema fulcral do livro. Esta parte, apesar de ser maioritariamente estrutural do ponto de vista linguístico e de ser mais próxima de um filólogo do que de um jurista, aporta a um tradutor de língua portuguesa (da sua variedade continental) soluções para problemas concretos, entre outros, descrições taxonómicas do conceito de „domicílio“ e dos seus vários tipos, explicações de abreviações e expressões usadas, como “SISA” e “usucapião”, e analisa as possibilidades translatólogicas da palavra inglesa “Ombudsman”, ou seja conceitos improváveis de serem encontrados nos dicionários bilingues checo-portugueses existentes. Além destes entraves, o autor aponta para as dificuldades que um tradutor ou até jurista linguista especializado frequentemente enfrenta ao não saber distinguir entre as expressões falsamente sinonímicas: *ir de encontro ao* x *ir ao encontro de*,

ratificação x retificação, deferir x diferir. E, como se não bastasse, o autor dá-nos exemplos de como a linguagem jurídica nos códigos portugueses autênticos nem sempre é clara e/ou pode ser univocamente interpretada. O autor ilustra este ponto com construções sintaticamente ambíguas e difíceis de descodificação, construídas por inúmeras subordinações e coordenações sindéticas e assindéticas, o que conduz a um difícil entendimento e interpretação até por um intérprete especialista.

No terceiro capítulo intitulado “Interpretação legal” (pp.59-65), descreve o *telos* do texto jurídico normativo que é encarado como instrumento regulatório e de estruturação social e que condiciona as interpretações que dele são feitas, por mais que contradigam os primeiros objetivos dos legisladores. Além disso, como exemplo, o autor focaliza o problema de desatualização jurídica no artigo 230.º extraído do Código Comercial Português, o qual, por muito linguisticamente correto que seja, apresenta-se numa forma que pode gerar equívocos por não corresponderem contextualmente à nossa realidade contemporânea. O autor aponta para o facto de haver diferenças entre a interpretação dos textos jurídicos em sentido comum, de mera extração de sentido de um texto, e a interpretação jurídica ou filosófico-jurídica a que se denomina “hermenêutica”. Destaca a importância de quatro elementos fundamentais que devem estar presentes durante o trabalho com este tipo de textos, i.e: o elemento literal (gramatical ou filológico), o elemento sistemático (de conhecimento de regulamentação e ordenamentos comunitários que constitui a ordem jurídica), o elemento histórico (o qual obriga a uma reflexão que permita compreender o contexto histórico-social em que a lei foi criada) e o elemento teleológico (que consiste em apreensão da finalidade útil da lei em análise). Com tudo isto o autor pretende realçar, mais uma vez, que a interpretação jurídica é uma operação complexa que não pode ser abordada apenas sob uma perspetiva meramente linguística, mas deve atender à dimensão que o autor chama translinguística, que se depreende do conhecimento das normas jurídicas e dos elementos de concretização judicativa que contribuem para a clarificação do sentido das ideias presentes neste tipo textual.

Em continuação, o autor, no capítulo IV denominado “Textos jurídicos: uma tipologia” (pp. 67-76) encontra quatro tipos de metalinguagem jurídica: linguagem jurídica legal (resultado de um processo votado a um fim de organização social), jurisprudencial (metalinguagem internamente muito heterogénea e complexa dado que observa, descreve, analisa, e qualifica os factos), jurídica científica (que inclui mecanismos de discussão do Direito) e a linguagem jurídica comum (registo que inclui outros textos que são diversos e de difícil tipificação.)

O capítulo V, “Apresentação tópica de alguns modelos de textos jurídicos portugueses” (pp.77-90) é, na nossa perspetiva, de extrema importância tanto jurídica como linguística. O autor define vários subtipos de textos jurídicos partindo da realidade da vida jurídica portuguesa. Descreve as suas funções, a sua forma e organização textual, incluindo sempre, no fim de cada subtipo textual, considerações estilísticas. O autor faz a divisão dos textos jurídicos em textuais legais (leis e decretos-leis, regulamentos), jurisprudenciais (despacho, sentença); jurídicos científicos (pareceres e informações) e jurídicos comuns, (requerimento, reclamação, petição inicial). No fim deste capítulo encontra-se a lista de

conectores textuais e expressões jurídicas de ligação básicas e gerais com a descrição da sua utilização.

No título VI “Notas gerais terminológicas sobre a organização judiciária em Portugal” (pp.91-94) descreve-se o sistema judicial português e a sua hierarquia, as especificidades ao nível de grau e especialização das decisões. Também esta parte, apesar de ser concebida resumidamente, é fonte de informações de grande utilidade sobretudo para um tradutor oficial que através desta síntese pode penetrar na hierarquia dos tribunais e ir encontrando facilmente equivalentes das diferentes instâncias na língua checa. Esta parte é concebida panoramicamente, uma vez que se trata de uma obra introdutória, e não inclui terminologias mais específicas como as de um juiz de Direito, juiz de instrução criminal, juiz de paz, etc. A obra descreve apenas concisamente a estrutura e os modos de funcionamento dos tribunais. Apesar de ser breve, no nosso modo de ver, constitui parte indispensável do livro.

No título VII (pp. 95-97) encontra o leitor as Notas finais do autor que mais uma vez relembra o objetivo que queria atingir: incluir no livro algumas observações pertinentes para a análise de textos produzidos no âmbito da prática jurídica. Este objetivo, em nossa opinião, conseguiu atingi-lo tendo analisado complexamente um grande espectro de fatores associados à dita problemática. A intenção do autor era ajudar os profissionais que, não possuindo uma formação jurídica, diariamente se deparam com questões práticas ao nível da tradução, interpretação ou transcrição de textos. Podemos recomendar este livro não apenas aos tradutores de língua portuguesa como também aos principiantes de língua portuguesa e aos estudiosos da área do Direito. O que poderia ainda revelar utilidade, seria um glossário do vocabulário sintético bilingue onde estivesse incluída a terminologia jurídica usada ao longo do livro. Facilitaria significativamente ao leitor a orientação na terminologia jurídica básica portuguesa. O livro, por outro lado, oferece em anexo uma série de textos autênticos tipologicamente diferentes e de difícil acesso, o que multiplica o seu valor para quem não tenha tido a possibilidade de os estudar e consultar previamente.

Iva Svobodová
Universidade Masaryk, Brno